



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA TRÊS DE NOVEMBRO DE 2021 PARA DISCUSSÃO DOS PROJETOS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2022 E PLANO PLURIANUAL 2022-2025.

Ao terceiro dia do mês de novembro de dois mil e vinte e um, conforme Edital de Convocação publicado aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, no Diário Oficial do Município de número 202, Ano X, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para discussão dos projetos de Leis Orçamentárias para o ano de 2022 e o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025. A Audiência Pública online foi presidida pelo Vereador Sérgio R. B. Balaguer, Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Flávia Francischini, Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete e Tito Zeglin. O senhor Presidente apresentou os resultados obtidos com a consulta pública realizada por este legislativo e em seguida passou a palavra à senhora Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento e para o senhor Carlos Eduardo Kukolj, chefe do Departamento de Orçamento de referida Secretaria, que procederam às suas apresentações. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos. Cumprimento os Vereadores, pessoas que participam, através dos canais das redes sociais, cumprimento os Vereadores presentes e os que estão acompanhando de forma virtual. Declaro aberta a presente audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, prevista para esta fase de discussão dos Projetos de Leis Orçamentárias para 2022 e no Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025. Em nome desta Comissão, a qual presido, atualmente composta pela Vice-Presidente, Vereadora Indiara Barbosa, Vereadora Flávia Francischini, Vereador Hernani, Vereador João da 5 Irmãos, Vereador Jornalista Márcio Barros, Vereador Osias Moraes, Vereadora Professora Josete e Vereador Tito Zeglin. Agradeço a participação também de autoridades e representantes de associações, entidades e cidadãos. Eu passo a palavra à Vereadora Indiara Barbosa. A SRA. INDIARA BARBOSA:- "Nos moldes do Inciso I, do Parágrafo 1º, do Art. 48 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e Art. 44 da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades, que garantem a participação popular durante a fase de elaboração orçamentária, informamos que foi publicado o edital de abertura de consulta pública e convocação desta audiência pública com as devidas instruções para acesso aos Projetos de Leis na internet. As publicações ocorreram no Diário da Câmara n.º 10.609, em 1º de outubro; Diário Oficial do Município n.º 189, em 30 de setembro e Jornal Bem Paraná n.º 11.758, em 3 de outubro. A retificação de data da realização de audiência pública foi publicada

no Diário da Câmara nº 10.621, em 20 de outubro; Diário Oficial do Município nº 202, em 21 de outubro e Jornal Bem Paraná nº 11.765, em 22 de outubro. Os editais foram afixados nos murais da Câmara, disponibilizados no site do Legislativo e matérias com divulgação dessa audiência pública foram enviadas para todos os jornais, rádios e televisões com sede ou sucursal em nossa Cidade." O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora Indiara. Também gostaria de destacar e agradecer o trabalho da Comunicação de Imprensa desta Casa, na pessoa do Filipi Oliveira - Diretor, cumprimentando toda equipe que colaborou e ajudou na divulgação da audiência e das consultas. Então, fica aqui nosso agradecimento especial à equipe da Comunicação. Informações sobre os trabalhos: "Esta audiência terá duração de duas horas prorrogáveis, com início agora às 9h52min, com término às 11h52min, podendo ser prorrogada. Na primeira parte nós faremos a apresentação do relatório de consulta realizada pela Câmara; na segunda parte a explanação da Sra. Daniele Regina dos Santos - Superintendente da Secretaria Municipal de Finanças, que falará a respeito dos Projetos de Leis Orçamentárias; terceira parte a concessão aos participantes, comentários, sugestões e questionamentos na seguinte ordem: a concessão da palavra será dada aos integrantes da Comissão de Economia, no primeiro momento, com sua manifestação, na sequência, solicito aos Vereadores que se inscrevam através do sistema, e daremos um tempo de manifestação de três minutos, resposta aos questionamentos efetuados após a manifestação. Então, faremos em blocos de três Vereadores, sendo que os membros da comissão falarão por primeiro." Vou pedir ao sistema que as sugestões que forem enviadas, forem copiladas, sejam passadas a todos. (É exibido um slide) O SR. PRESIDENTE:- "Orçamento de Curitiba para 2022, resultado das consultas aos Projetos de Leis Orçamentárias, LOA e do Plano Plurianual, através das Proposições nº 013.00010.2021 e nº 013.00009.2021. Nove bilhões é o montante que Curitiba estima para o orçamento de 2022 e consta na LOA. Quinhentos e oitenta e oito milhões é o valor que a cidade espera realizar investimentos no próximo ano. Dois bilhões e quatrocentos milhões é o total que a cidade planeja investir de 2022 até 2025, conforme o Plano Plurianual. O marco legal da consulta à gestão orçamentária participativa é previsto em lei, Estatuto das Cidades, Lei Federal nº 10.257.2001, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Complementar nº 101.2000. Informação e cidadania: A Câmara visa o empoderamento da população acerca das leis orçamentárias. Transparência na tramitação dos projetos: disponibilização da página orçamento da cidade, criação de hotspots na LOA 2022 e PPA 2022 a 2025. Capacitação on-line sobre orçamento público: os hotspots estão aí, que ajudaram a compreensão dessas peças orçamentárias. A capacitação em maio foi promovida, sobre o orçamento público, aos Vereadores e servidores, o material também está disponível no YouTube. Como foi feita a divulgação: entre os dias 1º e 24 de outubro, nas mídias sociais da Câmara Municipal: Facebook, Instagram e Twitter; no site da Câmara, banner na página inicial, Pop-Up, hotspots; notícias publicadas no site distribuídos à imprensa, também no transporte coletivo com cartazes nos ônibus de terminais, estações em mídia embarcada. A divulgação no transporte: pela primeira vez na história a consulta pública foi divulgada nos ônibus, terminais e estações tubos, foram mil e oitocentos cartazes, além de reproduções de vídeo e mídia embarcada. Nas redes foram onze publicações divulgadas nos perfis oficiais da Câmara, as quais seriam áreas que deveriam receber investimentos, foram disponibilizadas também para o acesso à população. Foram seis matérias divulgadas no site da Câmara e distribuída à imprensa, foram os resultados da consulta pública da LOA e depois o trâmite ao projeto. Repercussão na imprensa: a divulgação pela Câmara (I) resultou em quarenta inserções publicadas pela imprensa sobre o Projeto da LOA e do PPA, onde houve a participação popular em vários canais. Resultados da consulta pública. Tivemos oitocentos e noventa e seis participantes: nas redes sociais 9,3%; e no site da Câmara Municipal 90,7%. Tivemos participantes por regional. Aqui foi detalhado as dez regionais, sendo: regional Boa Vista teve cento e oitenta e três participações; a Matriz teve cento e quarenta e duas; a Fazendinha/Portão, cento e

oito; Cajuru, oitenta e quatro; aqui não foi especificada a regional, oitenta e três; Pinheirinho, setenta e oito; Santa Felicidade, sessenta e cinco; Boqueirão, sessenta e três; CIC, quarenta e um; Bairro Novo, vinte e nove; Tatuquara, vinte. As áreas demandadas. Cada participante sugeriu três áreas prioritárias, que totalizou duas mil, seiscentas e oitenta e oito indicações, sendo que a área de saúde teve um destaque com quatrocentas e vinte e duas indicações; seguido por segurança, quatrocentas e dezesseis; educação, quatrocentas e oito; obras, trezentos e vinte e cinco; meio ambiente, duzentas e setenta e quatro; transporte, duzentas e cinquenta e oito; assistência social, duzentas e doze; habitação, cento e dezesseis; não especificou, cento e três; área de lazer, oitenta e nove; cultura, sessenta e cinco. O gráfico aqui nesse formato aparece bem, o destaque para a saúde. E equivaleram, segurança e saúde, somadas, a 46% do total. Ficaram nesta prioridade saúde, segurança, educação e outras. O TOP 5 na área de saúde foram de melhorias em geral, de forma muito genérica: aumento do número de profissionais de saúde; aumento da oferta de consultas médicas; implantação e reforma na unidade de saúde; e outras prioridades. Cinco demandas na área de segurança, em destaque: a melhoria em geral na área de segurança; aumentar o número de rondas da Guarda Municipal; ampliar o sistema de vídeo monitoramento; implantação do módulo de Guarda Municipal; ampliar o efetivo da Guarda Municipal. O TOP 5 de demandas na área de educação: também melhorias em geral na área da educação; outras prioridades; ampliar a oferta de profissionais; ampliar o número de vagas nos CMEIs; reformar escola e CMEI. A Comissão já havia citado os membros da Comissão de Fiscalização, mas eu reforço aqui e agradeço o trabalho desses membros que têm sido ativos nas ações dessa Comissão. Convido o Vereador João das 5 Irmãos para participar conosco, caso queira, tem mais um lugar na mesa. A Comissão é composta pela Vereadora Indiara Barbosa, vice-Presidente, e também pelos Vereadores Flávia Francischini, Hernani, João das 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete, Tito Zeglin, Serginho do Posto. Aqui nós fechamos esse breve resumo, que fizemos só para apresentação. E mais detalhado temos nos canais da Câmara Municipal. De imediato passo a explanação para a Secretaria de Finanças, com a participação da Sra. Daniele Regina dos Santos, Superintendente da Secretaria Municipal de Finanças. A partir de agora teremos quarenta minutos para a apresentação. Depois, na ordem estabelecida, os Vereadores poderão fazer suas manifestações. Desejo boas-vindas à Daniele e à sua equipe. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom dia, Vereador Serginho, bom dia demais Vereadores e Vereadoras, pessoas que estão nos assistindo e acompanhando a audiência. A Secretaria de Finanças, assim como em momento anteriores, durante essa pandemia, realizou a audiência pública através de gravação de vídeo. Então, temos o vídeo, onde o nosso Diretor de Orçamento, Carlos Kukolj, vai fazer a explanação a respeito da Lei Orçamentária, e do PPA. O Carlos está aqui conosco para acompanhar e depois fazer o debate que ocorre na sequência do vídeo. Então, nesse momento, peço que liberem o vídeo para que possamos ver a apresentação da proposta da LOA e do PPA que foram encaminhados à Câmara. O SR. CARLOS KUKOLJ:- Irei apresentar a audiência pública da proposta do Plano Plurianual 2022/2025 da Lei Orçamentária Anual de 2022, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Estatuto das Cidades. Sou servidor, me chamo Carlos Kukolj, e sou vinculado à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Orçamento. Então, demonstrando as peças orçamentárias, temos o Plano Plurianual, o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Já enviamos ao Poder Legislativo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi aprovada no primeiro semestre, e nesse momento estamos trabalhando com o envio da proposta, até 30 de setembro, do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual. Iremos começar com a apresentação do Plano Plurianual de 2022 até 2025. Esse Plano Plurianual foi construído através do plano de governo de 2021 a 2024, onde a sua vigência é de 2022 a 2025, no que se refere ao Plano Plurianual. Ele é dividido em três eixos: solidariedade, responsabilidade e sustentabilidade. São sete programas finalísticos, sendo: o Viva Curitiba Que Não

Dorme, do Poder Executivo; Viva Curitiba Saudável; Viva Curitiba Cidadã; Viva Curitiba Transparente; Viva Curitiba Tecnológica; Viva Uma Nova Curitiba; Viva Uma Curitiba Mais Ágil. O cenário econômico utilizado para a montagem do Plano Plurianual, e da Lei Orçamentária Anual, foi obtido em 23 de julho, através das expectativas de mercado do Banco Central, dos cenários de alguns bancos e de projeções da Secretaria Municipal de Finanças. Em especial trazemos o crescimento do PIB, de 2,10%, em 2022; o PIB serviços, de 2,3%; e a inflação, o IPCA de 4,77%. Cabe ressaltar que os índices estão variando bastante, a cada reunião do Copom, e também do boletim do Focus. E esses índices poderão subir na execução, ou cair, dependendo também da evolução da pandemia, se ela vai melhorar ou se vai piorar, podendo trazer reflexos no PIB, além também da possibilidade de crise hídrica que pode haver reflexos no PIB do Brasil. Trazemos aqui o panorama das receitas do Município para o PPA 2022-2025. Iremos, mais à frente na apresentação, abrir todos esses itens, especialmente na LOA 2022. Mas no Plano Plurianual, impostos, taxas e contribuições totalizaram quinze bilhões; contribuições 1,7 bilhões; receitas patrimoniais, 1,1 bilhão; receita de serviço, quatro bilhões; transferências correntes, treze bilhões; outras receitas correntes, oitocentos milhões; receita de capital, 1,6 bilhões; receita intraorçamentária, 5,1 bilhões. Total geral da receita, quarenta e quatro bilhões. Excluindo as intraorçamentárias, fechamos em trinta e oito bilhões. Um panorama das despesas no Município do Plano Plurianual dividido por grupo de despesa está assim distribuído: pessoal e encargos sociais, dezenove bilhões; juros e encargos da dívida, trezentos e quarenta e sete milhões; outras despesas correntes, dezoito bilhões; investimentos, dois bilhões; inversão financeira, um bilhão; amortização da dívida, novecentos e setenta e três milhões; reserva de contingência, tanto do regime próprio de previdência, quanto do orçamento fiscal, quinhentos e sete milhões. Totalizando quarenta e três bilhões. Excluindo as despesas intraorçamentárias, no total de cinco bilhões, temos um total geral da despesa de trinta e oito bilhões de reais para o nosso Plano Plurianual. Nesse quadro, demonstramos os programas do Governo, e também as operações especiais de reserva de contingência, em especial por natureza de despesa, o seu custeio e o capital, algum investimento. E demonstra também um percentual dos valores que estão distribuídos para cada programa. Então, temos: o programa Viva Curitiba Que Não Dorme, com 3,83%; o programa Viva Curitiba Cidadã, com 21,94%; o programa Viva Curitiba Saudável, com 21,05%; o programa Viva Curitiba Tecnológica tem um pouco menos de recurso, 0,05%; o programa Viva Uma Nova Curitiba 7,93%; o programa Viva Curitiba Mais Ágil, 9,73%; o programa Viva Curitiba Transparente, 28,51%; programa Legislativo Municipal, 1,53%; programa de Operações Especiais, 4,64%; e a reserva de contingência com 0,78%. A totalização do investimento de obras e equipamentos de 2022 a 2025, do Plano Plurianual, com recursos do tesouro, novecentos e setenta e três milhões; recursos de outras fontes, um bilhão, quatrocentos e cinquenta e dois milhões. Total geral, dois bilhões, quatrocentos e vinte e seis milhões, representando 5,53%. Lembrando que durante o exercício poderão ser aportados recursos do superávit para fazer frente às obras e equipamentos, e demais necessidades. Demonstrando então os investimento que estarão presentes no Plano Plurianual, os principais destaques temos a complementação da Linha Verde, Norte-Sul, trecho 4.1 A Estação Solar Fagundes Varela, Estação Atuba; trecho 2.1, com viaduto, Estação Tarumã; trecho 2.2, com alças do viaduto e Estação Tarumã; ampliação da capacidade e velocidade da linha Inter 2, com operações do BID; o aumento da capacidade do BRT Sul, Leste-Oeste; o corredor do BRT Leste-Oeste com NDB; projeto gestão de risco climático, Bairro Novo da Caximba, com a operação da Agência Francesa de Desenvolvimento; transporte coletivo, com inovação em eletromobilidade em estudo. Também em destaque nesse PPA as obras de circulação viária com pavimentação alternativa, com oitenta quilômetros já em projeto, fresa, recape, reciclagem com cento e vinte e um quilômetros em projeto; projeto caminhar melhor, com infraestrutura cicloviária, com vinte e seis quilômetros já em projeto;

calçadas, com dezoito quilômetros em projetos; ampliação da rede de iluminação pública, em torno de seis quilômetros; projeto Curitiba contra as cheias, obras de drenagem e saneamento; plano diretor de drenagem; bacias com obras de drenagem, gestão de risco e desastres naturais, bacias dos rios Barigui, Belém, Atuba, Iguaçu e Ribeirão dos Padilhas. Continuando com os destaques, temos as ruas da cidadania e sua revitalização; e também a implantação da Rua da Cidadania do CIC; a reserva hídrica do futuro; Museu de História Natural, com novas instalações; melhorias no Jardim Botânico, Passeio Público e Zoológico; geração de energias renováveis com projetos e obras; a usina do Caximba, pirâmide solar; painéis fotovoltaicos (A) em terminais de transporte; a implantação de ecopontos para resíduos da construção civil e outros resíduos; e também do Hospital Veterinário Municipal com a implantação prevista para 2023. Aqui demonstramos os investimentos separados em obras e equipamentos, fazendo um recorte entre a Lei Orçamentária Anual de 2022 e o que está no Plano Plurianual de 2023 a 2025. Destaque nas áreas de parques e bosques, temos a revitalização do Bosque do Alemão, do Bosque Gutierrez. De 2023 a 2025 do Parque Tanguá; da Praça Ouvidor Pardini, do Parque Iguaçu Setor Náutico; a implantação do Parque Campo de Santana e Parque Pinhal do Santana. De 2023 a 2025 vamos trabalhar com Parque Geossítio, Pet Parque, Parque da Independência, Parque Jardim Aliança e Parque de Mairi. Com áreas de lazer temos revitalizações e melhorias em áreas de playground nas regionais, no Parque Tanguá, na Praça Carlos Gomes, na Praça Ouvidor Pardini, Praça Adilson L. Serbake Júnior e Praça Manoel Scliar. De 2023 a 2025 nas demais áreas de lazer e playground nas regionais. Como implantação de áreas de lazer temos: Ribeirão do Muller; Jardim Gerdt Hatschbach e Praça Suécia. Também reformas e melhorias em cemitérios, Hortos Municipais, principalmente, o Cemitério do Água Verde, do Boqueirão e Zona Sul e em todos os Hortos Municipais. Na parte de habitação de interesse popular serão feitas intervenções em onze regiões, em áreas de urbanização, infraestrutura, regularização e construção de unidades habitacionais. Teremos também a construção dos Centros Municipais de Educação Infantil na LOA 2022 da Cidade de Itália, Moradas Pérola, na Regional Matriz. E no PPA de 2023 a 2025, Caximba, Jardim Pinheiros, também nas regionais Boa Vista, CIC, Pinheirinho e Portão. Nas escolas municipais, temos reforma e ampliação na Escola Municipal Coronel Durival Britto e Silva; na Escola Municipal Regional da Matriz, além de Centro de Apoio Estratégicos Educacionais. Também vai ter Centro de Apoio Estratégicos Educacionais de 2023 a 2025. Construção da Escola Municipal Caximba em 2022 e do Farol do Saber. De 2023 a 2025 também Farol do Saber. Quadras cobertas na Escola Municipal Santo Inácio na LOA 2022. De 2023 a 2025 a Escola Municipal Dr. Hamilton Calderari e a Escola Municipal Colônia Augusta. Construção de Unidades Básicas de Saúde, Espaços Saúde: Para 2022, a Unidade Básica de Saúde Umbará II; no restante do PPA o Distrito do Bairro Novo; Unidade Básica de Saúde do Caximba; Unidade Básica de Saúde do Bacacheri; Unidade Básica de Saúde do Distrito do Tatuquara; além do Espaço Saúde São Miguel; do Espaço Saúde União das Vilas; e Espaço Saúde Xapinhal. Na área de abastecimento alimentar teremos as reformas ainda em 2022 do Restaurante Popular da Matriz; da Central de Abastecimento do Armazém da Família no Cajuru e o Mercado Regional Cajuru; além das construções do Restaurante Popular Tatuquara, Fazenda Urbana da CIC e do Tatuquara. E de 2023 a 2025 o Edifício Garagem no Mercado Municipal. Na área de equipamentos sociais temos na LOA 2022 a construção do CRAS Fazendinha e o CRAS Santa Cândida; a reforma da Casa Culpi - Liceus de Ofícios; e a Casa São Bento. Área de esporte e lazer, reforma e revitalização: CEL Dirceu Graeser, CEL Xaxim, CIE Parque Peladeiros e Praça Olímpica; e o CIE na Regional CIC. PPA de 2023 a 2025 Centro de Esporte e Lazer; a construção também, para o PPA, da quadra coberta da Rua da Cidadania do Tatuquara. Área de equipamentos turísticos, reforma e restauro do Centro de Atendimento ao Turista, no Jardim Botânico; a Torre Panorâmica: térreo, elevador e mirante; e instalação de Cenários Turísticos, no Centro Histórico, além do

Palacete Wolf na sua terceira etapa. Área da Cultura e qualificação no Moinho Rebouças ainda em 2022 e no PPA de 2023 a 2025 o Solar do Barão. Segurança e reforma nos Núcleos Regionais da Defesa Social da Guarda Municipal: instalação de equipamentos de comunicação; Estande de Tiro do Centro de Formação e Desenvolvimento. Na área de trânsito serão cento e noventa e sete intervenções em circulação viária e de sinalização de trânsito, ainda na LOA de 2022. Particularmente na Lei Orçamentária Anual, agora demonstrando, temos: as previsões das receitas, sendo um total de dez bilhões, duzentos e vinte e quatro milhões de reais, divididos em receita corrente, oito bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, que se divide em municipal com cinco bilhões, trezentos e setenta milhões de reais; transferência da União, um bilhão, trezentos e oitenta e quatro milhões de reais; transferência do Estado, um bilhão, cento e noventa e dois milhões de reais; e outras transferências setecentos e dois milhões de reais. As receitas de capital totalizaram trezentos e noventa e seis milhões de reais, sendo, operação de crédito, empréstimos que o Município faz, duzentos e dezoito milhões de reais; transferências de capital, cento e trinta e três milhões de reais; outras receitas de capital, quarenta e quatro milhões de reais, totalizando um orçamento, sem a intraorçamentária, de nove bilhões e quarenta e seis milhões de reais. Estão assim distribuídas as receitas do Município em percentual: municipais, representando 59,9%; o Estado 13,2%; transferências da União 16,7%; empréstimos 2,4%; o Fundeb, que são as áreas multigovernamentais, 7,5%; transferências de pessoas físicas e pessoas jurídicas representando 0,4%. Abrindo os valores para melhor demonstrar, temos as Receitas Correntes Municipais: o ISS, sua parte principal, a sua dívida ativa, multas e juros, totalizando um bilhão, quinhentos e quarenta e oito milhões de reais; o IPTU, um bilhão e cinquenta e um milhões de reais; o ITBI, quatrocentos e trinta e sete milhões de reais; imposto de renda retido na fonte quatrocentos e quarenta e dois milhões de reais; as contribuições, em especial, a do regime próprio de Previdência Social e o da contribuição de iluminação pública, quatrocentos e vinte e quatro milhões de reais; receitas patrimoniais, duzentos e cinquenta e um milhões de reais; taxas, duzentos e vinte milhões de reais; receitas de serviços, setecentos e oitenta e cinco milhões de reais; e outras receitas, cento e oitenta e sete milhões de reais, que totalizam cinco bilhões, trezentos e sessenta e nove milhões de reais. Neste quadro trazemos a representação gráfica das receitas tributárias. Na primeira linha do gráfico temos o ISS, em 2019 em termos reais arrecadamos um bilhão, quatrocentos e trinta e quatro milhões de reais, e caímos em 2020 para um bilhão, trezentos e vinte e seis milhões de reais. Estamos em recuperação para 2021, estamos prevendo um bilhão quatrocentos e oitenta e dois milhões de reais. A previsão para 2022 é um bilhão, quatrocentos e setenta e dois milhões de reais arrecadados. O valor é um pouco menor do que em 2021, tendo em vista os recursos recebidos à vista ou em parcelamento de até seis meses do Refic que aconteceram em boa parte em 2021. A segunda linha do gráfico representa o IPTU. O IPTU vem numa crescente desde 2015 e a nossa previsão de arrecadação este ano está em novecentos e trinta e nove milhões de reais; e a previsão na Lei Orçamentária é de novecentos e quarenta e sete milhões de reais. No outro gráfico, o verde mais escuro, representa o imposto de renda retido na fonte, ele vem numa constante, variando entre quatrocentos e trinta milhões, quatrocentos e quarenta milhões de reais e a nossa previsão é quatrocentos e trinta e sete milhões de reais em 2022. Em vermelho, temos o ITBI que vinha numa constante de 2016 até 2019, a partir de 2020 ele apresentou já um crescimento de trezentos e noventa e quatro milhões de reais, para 2021 estamos projetando quatrocentos e sessenta e nove milhões de reais e vem numa crescente boa, e para 2022 projetamos quatrocentos e quarenta e dois milhões de reais. A taxa de lixo, a última linha do gráfico, também houve um crescimento de 2017 para 2018 e ficou na casa do cento e noventa, cento e oitenta milhões de reais. Então, projetando para 2022, cento e oitenta e sete milhões de reais. Transferências da União. Temos o Fundo de Participação dos Municípios com trezentos e cinquenta e nove milhões de reais; o Sistema Único de Saúde - SUS, novecentos e dezessete

milhões de reais; o Fundo Nacional de Assistência Social, vinte e um milhões de reais; o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, setenta e três milhões de reais; convênios e outras, três milhões de reais. Totalizando um bilhão, trezentos e oitenta e quatro milhões de reais. Estes gráficos representam as transferências correntes da União, dividido também em dois gráficos, tendo em vista a escala para melhor visualização. E no gráfico em cima temos na primeira linha o SUS, houve um crescimento do SUS de 2019 para 2020 com recursos repassados para a pandemia. Projetamos uma queda até 2021, estamos estimando em um bilhão e noventa milhões de reais. E esta mesma queda ocorre também na projeção para 2022, estamos projetando em torno de novecentos e dezessete milhões de reais. Quanto ao FPM, com 1%, também inconstitucional, se manteve um valor constante, praticamente toda a série de 2011 até 2020, estamos projetando um crescimento para 2021 de trezentos e cinquenta e três milhões de reais e a nossa previsão na LOA é de trezentos e cinquenta e nove milhões de reais para 2022. No gráfico embaixo, temos a linha em vermelho que representa os convênios e outras transferências que ela venha constante também de 2011, que é a série aqui, até mais ou menos 2017, depois houve uma queda em 2018, 2019 em torno de trinta milhões de reais; de 2019 para 2020 houve um crescimento de trezentos e trinta e nove milhões de reais. Este crescimento se dá pelos auxílios recebidos em virtude da Covid, que a União repassou. Este ano já não tem tantos auxílios, praticamente só os convênios, estamos fechando em trinta e sete milhões de reais a previsão, e para 2022 a previsão de recebimento de convênios e transferências é de treze milhões de reais. A linha em azul representa o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em que também projetamos um crescimento em 2021 de recursos e prevendo setenta e três milhões de reais para 2022 na Lei Orçamentária. Na última linha do gráfico, em amarelo, o Fundo Nacional de Assistência Social, também houve um crescimento aqui em 2020, a queda em 2021 e se mantém no mesmo patamar para 2022, em torno de vinte e dois milhões de reais. Nas Transferências do Estado: temos o ICMS com seiscentos e sessenta e dois milhões de reais de receitas previstas para 2022; o IPVA quatrocentos e sessenta e um milhões de reais; o Imposto Sobre Produtos Industrializados, IPI sobre exportações, dez milhões de reais; programas de saúde com recursos do Estado, cinquenta milhões de reais; convênios e outras, sete milhões de reais. Totalizando um bilhão, cento e noventa e dois milhões de reais. Neste quadro demonstramos as transferências correntes do Estado, também dividido em dois gráficos. Na parte de cima trazemos o ICMS, na linha verde clara; na linha verde escura o IPVA. O ICMS já é demonstrado a queda desde 2013 e a projeção para 2022 é de seiscentos e sessenta e dois milhões de reais. O IPVA houve um crescimento de 2014 para 2015, saindo de uma base de trezentos e sessenta e oito milhões de reais para quatrocentos e cinquenta e seis milhões de reais. Praticamente se manteve constante neste período todo até 2021 e projetamos para 2022 um crescimento, estamos estimando em quatrocentos e sessenta e dois milhões de reais. No gráfico na parte de baixo do quadro, (P) trazemos ali na primeira linha em vermelho, trata-se dos convênios. Praticamente um sobe e desce que acontece de repasses, às vezes recursos que vêm para o transporte público, que o Estado mantém. Em outros momentos não tem esses recursos, essa transferência voluntária e quando acontece às vezes aparecem esses picos aí e nos outros anos vem subindo e descendo. Estamos projetando para este ano em torno de sessenta e nove milhões de recursos, em torno de quarenta milhões vieram para o transporte público e outros recursos, em torno de vinte e nove milhões. Mas, para 2022 estamos trabalhando com sete milhões de previsão no orçamento. Nesse gráfico trazemos o índice de participação no ICMS do Município de Curitiba, demonstrando a queda anual que ocorre para o nosso Município no bolo tributário, que o Município tem 25%. Então, podemos ver que em 2013 o Município tinha 14,4% dos 25% do ICMS de todos os municípios do Estado do Paraná. Para 2022, o índice ainda é provisório, mas está se trabalhando com 8,9%. Isso representou uma queda de 38,2% nesse repasse e de um ano para o outro, de 2021 para 2022, de 4,3%. Outras transferências. Temos o Fundeb com seiscentos e

setenta e sete milhões e as demais transferências com vinte e cinco milhões, totalizando setecentos e dois milhões de reais. Nessas outras receitas correntes trazemos o gráfico aqui, que são duas representações, trazendo o Fundeb na linha em azul e as outras transferências na linha em verde. Percebe-se que em 2019 e 2020 houve uma queda no Fundeb, também devido a pandemia. Estamos projetando uma recuperação em 2021 de seiscentos e cinquenta e um milhões, para arrecadar até dezembro, e a projeção na Lei Orçamentária é de seiscentos e setenta e sete milhões para o Fundeb. Outras transferências basicamente se referem às transferências de pessoas físicas e jurídicas, que são as doações que ocorrem para criança e adolescente ou para o Fundo do Idoso. Tivemos aí uma crescente nos anos de 2018 para 2019, que se manteve em 2020. Há uma projeção de queda para 2021 e estamos prevendo uma recuperação para 2022. Agora demonstrando as receitas de capital, temos as operações de crédito, os empréstimos que serão empregados nos investimentos do Município. Destacando-se aqui o Finisa, com infraestrutura e saneamento, de vinte e dois milhões; o Programa de Modernização da Administração Pública, dezessete milhões; as operações externas da Agência Francesa de Desenvolvimento com a gestão de risco da Caximba com oitenta e nove milhões; com o BID, para o aumento da capacidade e velocidade do Inter II, noventa milhões e do Nubank, para o BRT eixo leste-oeste-sul, começando em trezentos e sessenta e cinco mil em 2022, totalizando duzentos e dezoito milhões. Nas transferências de capital, que também são os programas que o Município recebe para investimento, temos o PAC2 - Linha Verde, BRT e Inter II com quarenta e três milhões; as transferências do Ministério das Cidades, com destaque principalmente para as drenagens, oitenta e um milhões; os convênios da SEIL /SEMA/IAP e outros com oito milhões, totalizando cento e trinta e três milhões. Demais receitas de capital, temos o Cepac da Linha Verde, cinco milhões; depósitos judiciais da Lei Complementar nº 151/2015, quinze milhões; o potencial construtivo num total de dez milhões; as outorgas onerosas do direito de construir com catorze milhões e transferências do direito de construir de quatrocentos e vinte mil, então, há uma previsão de quarenta e quatro milhões, seiscentos e trinta mil. No que se refere às previsões de despesas para 2022 na Lei Orçamentária, temos o total de dez bilhões, duzentos e vinte e quatro milhões, batendo com as receitas para a Lei Orçamentária. Sendo despesas correntes, nove bilhões, vinte e quatro milhões; reserva de contingência, setenta e nove milhões e despesas de capital de um bilhão, cento e dezenove milhões. Abrindo as despesas correntes para a manutenção da máquina pública, temos separado para pessoal e encargos quatro bilhões, setecentos e trinta e quatro milhões. Os juros e encargos da dívida, setenta e nove milhões e as outras despesas correntes, quatro bilhões, duzentos e onze milhões. Nas despesas de capital, em especial o investimento de quinhentos e oitenta e oito milhões nessa lei orçamentária; as inversões financeiras de duzentos e cinquenta e oito milhões. Aqui neste ano para 2022 já está sendo incluído o Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba e por isso o montante se apresenta maior do que em outras leis orçamentárias, além da amortização da dívida de duzentos e setenta e três milhões. Aqui temos o panorama das despesas em percentual que fica assim dividido: pessoal e encargos sociais representam 46,30% do orçamento; juros e encargos, 0,77%; outras despesas correntes, 41%; investimentos, 5,75%; inversões financeiras, 2,53%; amortização da dívida, 2,67% e a reserva de contingência com 0,78%. As despesas por função de Governo estão assim distribuídas: a maior despesa é com Previdência Social em 21,85% do orçamento; a Saúde com 21,05%; a Educação com 17,04%; a função urbanismo com 11,95%; a função administração com 6,44%; a função encargos com 4,64%; comércio e serviços com 3,48%; saneamento com 3,05%; gestão ambiental com 2,22%; assistência social com 2,13%; segurança pública com 1,72% e função legislativa com 1,53%. As outras funções estão agrupadas, representando 2,87%. Aqui trazemos as despesas com pessoal do Poder Executivo, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal do Município que desconsidera o Fundo de Urbanização de Curitiba na base de cálculo da receita corrente líquida. Projetamos para 2021

42,20% dessa base e para 2022 um crescimento de 44,36%. O gráfico demonstra a evolução dos precatórios em milhões, com valores reais, trazendo o período de 2010 a 2022 e para essa Lei Orçamentária será necessário um aporte de noventa e três milhões, que estão garantidos no orçamento. Temos a previsão de 2021 de quarenta e três milhões e todos os precatórios estão sendo pagos rigorosamente em dia. Aqui trazemos os aportes ao regime próprio de previdência social em valores nominais. Em 2021 teremos que aportar quatrocentos e trinta e um milhões de reais para a previdência do regime próprio dos servidores e estamos prevendo na Lei Orçamentária seiscentos e cinquenta e cinco milhões, como foi aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias e isso está representando 51,9% de aumento. Referente aos gastos com a Saúde, temos na base de cálculo o montante de cinco bilhões, trezentos e oito milhões, 15% constitucionalmente devem ir para a Saúde, que representaram setecentos e noventa e seis milhões, mas foram destinados nessa Lei Orçamentária um bilhão, cento e setenta e sete milhões, que representam 22,18% da base de cálculo. Com outros recursos, o SUS e convênios, novecentos e setenta e quatro milhões. Na função Saúde ficaram destinados dois bilhões, cento e cinquenta e dois milhões de reais. Esse gráfico representa as despesas de recursos do tesouro na Saúde com outras despesas correntes. A linha em amarelo representa o valor que inicialmente saiu da lei orçamentária e em verde o quanto foi comprometido ou o valor empenhado. Em 2016, como exemplo, saiu em vinte milhões, valores reais, e foi empenhado cento e oitenta e dois milhões, essa distância aqui teve que ser aportada durante o exercício. Em 2017 também aconteceu essa variação. Quanto menor a variação mais próximo o orçamento inicial está da sua execução e é isso que viemos tentando obter durante os anos para que a sua execução fique bem próxima do que foi autorizado inicialmente. No caso de 2022 a previsão está em trezentos e noventa milhões. Para 2021, como teve todos os aportes para a pandemia e outras despesas decorrentes, projeta-se que vai se necessitar para 2021 quinhentos e quatro milhões de recursos do Tesouro, então o Tesouro terá que suplementar duzentos e quatro milhões na saúde, para atendimento. No que se refere aos recursos para a Educação, temos uma base de cálculo para aplicação mínima constitucional de cinco bilhões, trezentos e trinta e nove milhões, 25% são garantidos na Constituição, que representariam um bilhão, trezentos e trinta e quatro milhões. Foram destinados um bilhão, trezentos e cinquenta e dois milhões, isso representa então 25,33% do orçamento. Em outros recursos, com os ganhos do Fundeb, aplicação financeira ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, salário-educação e outros, somam-se mais trezentos e noventa e dois milhões de reais, totalizando na educação um bilhão, setecentos e quarenta e quatro milhões. Para os orçamentos da criança e do adolescente temos divididos em ações exclusivas no orçamento, que representam cinquenta e três milhões e não exclusivas, na sua proporção, representando um bilhão, oitocentos e noventa e dois milhões. A previsão de destinação na Lei Orçamentária representa um bilhão, novecentos e quarenta e cinco milhões. Todas elas estão vinculadas ao plano decenal e ao plano municipal da criança e do adolescente. Em torno de 23% da população do Município é composta por crianças e adolescentes. Nas demais áreas sociais temos nas funções assistência social, duzentos e dezessete milhões de reais; segurança alimentar, comércio e serviços, trezentos e cinquenta e cinco milhões, além da função habitação, trabalho, direito à cidadania de trinta e seis milhões, totalizando mais seiscentos e dez milhões de reais na área social. Na função cultura temos a seguinte aplicação na Lei Orçamentária de 2022: renúncia do mecenato, treze milhões quinhentos e cinquenta mil; Fundo Municipal da Cultura mais catorze milhões, trezentos e cinquenta mil; Fundação Cultural de Curitiba e o Fumpac cinquenta e sete milhões, oitocentos e vinte e quatro mil. A previsão total é de oitenta e cinco milhões, setecentos e vinte e quatro mil reais. Esse gráfico representa a redistribuição da dívida com fontes livres do tesouro, em valores nominais, demonstrando na linha amarela as despesas de exercícios anteriores e na linha em verde o saldo da novação da dívida, que foi realizado de 2017 em diante. Então, o que representa isso? O valor de cento e noventa e cinco milhões na linha

amarela deveria ter sido empenhado em 2015 ou em exercícios anteriores e não foi, e estavam comprometendo o orçamento de 2016 com competências de exercícios anteriores. De 2017 em diante foi feito esse parcelamento da novação da dívida da gestão anterior anualmente e com isso pode-se também diminuir as despesas de exercícios anteriores e trazê-las em patamares aceitáveis, que hoje estão em torno da nossa projeção de quatro milhões. O nosso estoque hoje da dívida de novação está em torno de vinte e seis milhões e deverá ser zerado até 2024, o que demonstra um equilíbrio do orçamento e também o pagamento da novação da dívida. Aqui trazemos o perfil da dívida externa atual, com base em agosto, onde hoje temos de estoque de dívida duzentos e cinquenta e três milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, com 58%, (M) e cento e oitenta e cinco milhões com a Agência Francesa de Desenvolvimento, representando 42%, a dívida externa. Em relação à dívida interna, também com base em agosto de 2021, temos a nossa principal dívida com a Caixa Econômica Federal, trezentos e quarenta e oito milhões; a dívida com o nosso Regime Próprio de Previdência Social, trezentos e quarenta milhões; o Pasep, da Receita Federal, com oitenta e sete milhões; dívidas com o Banco do Brasil, cinquenta e um milhões; licenças-prêmios dos servidores, quarenta e um milhões; novação de dívida da gestão anterior, trinta e um milhões, ainda a pagar; estoque, Agência de Fomento do Paraná, vinte e sete milhões; precatórios, vinte e seis milhões; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, vinte e três milhões; INSS, oito milhões e trezentos; e com a garantia da Cohab, um milhão e quatrocentos. A sociedade poderá enviar as suas dúvidas, sugestões e perguntas através do e-mail da Secretaria Municipal de Finanças: smf@curitiba.pr.gov.br. Ou, no que se refere ao Fala Curitiba ou ao próprio PPA: imap@imap.curitiba.pr.gov.br. Por fim, informamos que o projeto de lei estará disponível no Portal da Transparência, podendo ser acessado clicando no ícone "orçamentos", que abrirá as pastinhas do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, onde terá todo o projeto de lei e todos os seus anexos, para poderem ser acessados. Bem, pessoal, chegamos, então, ao final desta Audiência Pública. Agradeço a participação de todos. Muito obrigado. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Então, neste momento, a palavra vai ser concedida aos Vereadores que integram a Comissão de Economia, para manifestação. Eu vou começar as perguntas, tenho algumas aqui. Agradeço à Sra. Daniele pela apresentação efetuada. Nós observamos e vou fazer, então, três perguntas. Na sequência, passarei aos demais Vereadores da Comissão de Economia. Nós olhamos, verificamos a apresentação nos anexos do PPA, o projeto de lei, e, dentro dos investimentos, verificamos a questão da continuação das obras da Linha Verde, sendo que a meta de conclusão aparece com 80% de conclusão das obras. A minha dúvida é: por que essa meta, que seria para os próximos quatro anos, não foi fixada em 100% de conclusão? A outra pergunta é em relação ao programa Viva Curitiba Mais Ágil, que tem também uma meta de reestruturação do sistema público de transporte de passageiros, com foco em estabelecer uma gestão única. Se a Prefeitura puder detalhar um pouco melhor esse plano, que foi também objeto de discussão aqui na Câmara nas últimas semanas, em que nós votamos o projeto do subsídio para o transporte coletivo, acho que é interessante. A outra pergunta, vou fazer as três perguntas juntas, é em relação ao reajuste do IPTU. Então, também, no meu gabinete, tenho recebido vários questionamentos sobre essa questão do reajuste: como será o reajuste fixado pela Prefeitura; qual será o reajuste, se vai ter inflação. E a questão do reajuste das plantas genéricas. Porque tivemos, nos últimos anos, um reajuste significativo das plantas genéricas, que foi parcelado, ao longo dos últimos anos, e o ano passado foi o último, e esse reajuste das plantas, mais o reajuste da inflação, acabou resultando num aumento significativo do IPTU. Pela apresentação, vemos que o reajuste de 2021 para 2022 não é tão significativo. Mas, se vocês puderem detalhar um pouco melhor como foi calculado esse reajuste, eu agradeço. E, aí, eu passo para os demais Vereadores inscritos. Vou passar para a Vereadora Professora Josete, que está inscrita e que faz parte da Comissão de Finanças. A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos. Presidente da Comissão, Vereador Serginho do Posto, demais

membros da Comissão de Economia, funcionários da Casa, demais presentes, população que nos acompanham pelas redes sociais. Eu gostaria de trazer alguns elementos aqui para reflexão. Antes, quero agradecer a oportunidade de ter a apresentação do Carlos e da Daniele, que é muito importante. Até porque é uma Audiência Pública organizada pela Câmara, essa é uma previsão legal, mas, obviamente, o Executivo é que tem os elementos para explicar e poder tirar as nossas dúvidas. Então, primeiro, gostaria de fazer uma pergunta em relação à Caximba. Sabemos que todo o projeto de realocação, da questão de drenagem da região são muito importantes, temos um empréstimo internacional, mas eu queria ter uma explicação. Parece-me que no início foi previsto o atendimento a mil e seiscentas famílias. Hoje, ao que tudo indica, estamos chegando a quase três mil famílias na região. Então, gostaria de saber qual é a iniciativa do Executivo para acolher todas essas famílias, uma vez que o empréstimo se fez a partir de um primeiro levantamento. Gostaria também de saber, em relação aos recursos do Ministério das Cidades, qual é o detalhamento, no que está sendo prevista a utilização desses recursos. Em relação ao potencial construtivo, é uma dúvida ali, entendo que esse potencial construtivo de dez milhões se refere às cotas de potencial construtivo. E a outorga onerosa, que são quatorze milhões, são os recursos que devem ser destinados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Gostaria de saber se, neste ano, já se percebeu uma diferença com a alteração que fizemos no ano passado, a partir da nova lei que foi aprovada aqui sobre a outorga onerosa. Em relação ao IPMC... Não, vou pular essa, senão, não vai dar tempo. Eu gostaria de saber por que o Município faz a opção de ampliar os recursos da Saúde, ultrapassando quase 7% em relação à exigência legal, que é de 15%, e nada contra, acho que, se há necessidade, tem que fazer isso. No entanto, para a Educação, não sentimos a mesma priorização. O que está sendo previsto é 25,33%, e temos sentido aí uma grande necessidade tanto da construção de equipamentos, como da contratação de professores da educação infantil; além do ensino fundamental, é claro, mas a educação infantil é onde nós temos uma demanda maior. Então, a pergunta é: o Município continuará contratando via PSS? Ainda em relação... Quero finalizar, Sr. Presidente, é que são tantos elementos. Mas eu só gostaria de finalizar com mais dois questionamentos aqui. O SR. PRESIDENTE:- Trinta segundos, Vereadora. A Sra. Professora Josete:- Quando trazemos aqui alguns programas... Aliás, na apresentação são trazidos, o próprio PPA e a própria LOA têm esse, digamos, detalhamento em alguns programas. Eu gostaria de saber em relação ao programa Viva Curitiba Mais Transparente. Analisando os dados ali, parece-me que é o programa que tem mais recursos destinados. Eu gostaria de saber por que, e que fosse trazido um detalhamento para nós aqui sobre a distribuição desses recursos. E, finalizando agora, sobre o aumento da estimativa da receita de 6,78%, é possível vocês detalharem um pouco melhor o que levou a esse aumento? Tem alguma coisa a ver, deve ter, imagino eu, com a cobrança da previdência dos aposentados junto ao IPMC? Seriam essas as perguntas. Obrigada. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Eu vou passar a palavra para o próximo Vereador. Só, rapidamente, quero esclarecer para a população que está nos acompanhando pelo YouTube que as perguntas podem ser enviadas, para serem feitas aqui, para o e-mail da Comissão. É o e-mail que está na tela do YouTube: comissao.economia@cmc.pr.gov.br. Agora passo a palavra ao Presidente da Casa, Vereador Tico Kuzma. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Presidente Tico Kuzma. O Sr. Tico Kuzma:- Obrigado, Vereador Serginho, Presidente da Comissão de Economia. Vereadores que fazem parte dessa Comissão, servidores da Prefeitura, a Daniele e o Carlos. Gostaria de parabenizar todos os servidores que se envolveram nessa consulta pública aqui na Câmara Municipal. Também quero enaltecer essa forma inédita de divulgação da consulta nos ônibus, informando a população que poderia participar. E quero reafirmar o compromisso da Prefeitura com a Câmara Municipal, com as emendas parlamentares de um milhão de reais por Vereador. E, Vereador Serginho do Posto, como V.Exa. participou das tratativas também, juntamente com o Líder do Prefeito, o Vereador Pier

Petruzzello, trago aqui, em primeira mão, uma novidade este ano para o orçamento, e também aqui já estendo o meu agradecimento ao Prefeito Rafael Greca por essa oportunidade. Então, acabei de receber a confirmação do Secretário de Governo Luiz Fernando Jamur de que a Comissão de Economia, vamos fazer um reajuste dentro do orçamento, mas a Comissão de Economia poderá selecionar, entre as propostas que foram apresentadas pela população, e apresentar três milhões de reais de emendas ao orçamento também. É algo inédito nesta Casa. É a primeira vez que uma comissão pode apresentar emendas ao orçamento também, visando a atender essa demanda da população. É claro que V.Exa. vai encaminhar todas aquelas demandas da população que foram apresentadas, e vamos entregar ao Prefeito Rafael Greca, mas, pela primeira vez, a Comissão de Economia poderá, com os seus Pares, selecionar aquilo que foi apresentado e terá três milhões de reais, já confirmado pelo Secretário de Governo. Então, agradeço ao Secretário Jamur, ao Prefeito Rafael Greca e ao Secretário de Finanças, Vitor Puppi, por essa oportunidade, por essa possibilidade de a Câmara responder à população, e também pela Comissão apresentando emendas. Então, parabéns, Vereador Serginho, que, juntamente comigo e o Vereador Pier, teve essa tratativa junto ao Prefeito. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço pelas palavras, Vereador Tico Kuzma. Pergunto se mais algum membro da Comissão quer se manifestar, se tem alguém inscrito, não aparece aqui. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Já foram três Vereadores. Talvez, poderíamos passar para a Comissão, e depois... O SR. PRESIDENTE:- Ok. Lembrando às pessoas que nos assistem e que participam desta Audiência que estamos hoje apreciando duas peças orçamentárias, o PPA, que é o Plano Plurianual, baseado nos sete eixos apresentados pelo Município, com a vigência de 2022 a 2025, e também a LOA detalhada, apresentada pelo Carlos Kukolj. Então, passo a palavra à Daniele e ao Carlos, para que respondam as perguntas. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Ok. Então, vou começar pedindo desculpas, Vereador, porque, para nós aqui, o som da Vereadora Indira Barbosa só foi liberado na última pergunta, quando ela fala sobre o IPTU. Então, não ouvi. Se ela teve alguma questão antes, realmente não apareceu para mim. Quanto à questão do IPTU, fazemos as projeções em cima do crescimento do PIB e em cima do crescimento inflacionário. Então, os valores projetados na LOA, como aparece lá no início da apresentação, numa tabela que foi colocada, estão calcados em cima dessas projeções, feitas pelo Banco Central. Então, sabemos que teremos muitos ajustes no decorrer da execução do orçamento, (L) porque nós tivemos muitas alterações nos indicadores oficiais, desde o mês de junho até o mês que nós estamos, e certamente ainda teremos para os meses da execução do orçamento. Então, o planejamento terá que ser ajustado sim, sem dúvida alguma. Foi a única pergunta que eu ouvi, depois eu peço que a Vereadora, se for o caso, repita as questões. Professora Josete, a questão da Caximba. Se não me engano, Professora, eu não tenho o detalhamento preciso do projeto, são mil e seiscentas famílias envolvidas que receberão novas moradias, e três mil famílias na região. Então, a região vai ter um processo onde algumas famílias receberão novas casas, algumas, como espaço terá, é um processo de urbanização. Então, o recurso que vem da AFD se resume a um quantitativo menor de famílias do que o que nós temos na região. Mas todas essas famílias, de alguma forma, serão atendidas pelo projeto da Caximba naquela região. Quanto à questão do potencial construtivo, realmente, nós já vemos sim resultados sobre a questão da outorga onerosa, ela já começa a acumular recursos do fundo possibilitando o crescimento dos valores para a questão da habitação popular. Já acontece este ano e deve ser mais forte ainda o ano que vem, sem dúvida alguma. A senhora fala sobre a ampliação da Saúde, por que ampliamos a Saúde enquanto que não a SME. Acho que de um ponto de vista até lógico, nós sabemos que teremos cada vez mais despesas de saúde. Assistências de saúde ampliam o seu valor, têm um diferencial de inflação diferente do restante da inflação do País, elas se agregaram em valores muito significativos agora em função da pandemia, e ainda nós teremos o reflexo disso durante algum tempo, e sabemos que o envelhecimento da população, que acho que também pode explicar

as duas questões, vai nos trazer ainda mais despesas na área de saúde e, por fim, conduzir-nos à despesas menores na questão da educação, em função do público atingido. Mas a Educação, não é que nós não estamos aumentando, porém, cada vez que estamos aumentando a receita, estamos aumentando valores na Educação. A Educação, na proporção, fica nos 25%, mas ela tem o seu orçamento ampliado todos os anos, inclusive com o Fundeb, que passa a ser cada vez mais significativo. Quanto à questão do PSS, Vereadora, parece-me que agora já estamos iniciando os procedimentos de concurso. O PSS tem um limite legal que nós podemos usar, principalmente nesses momentos que nós tivemos, por questão emergencial da pandemia. Mas já se iniciam os procedimentos de concurso para a questão das contratações, que devem ocorrer a partir do ano que vem, porque este ano, até por uma questão da lei federal, estamos impedidos de fazê-los. Então, acredito que deveremos ter um cenário diferente. E, sem dúvida, a ampliação das questões de despesas, este ano nós tivemos travas nas despesas de pessoal, a despesa de pessoal na educação é uma despesa muito significativa. Então, à medida que se começar a trabalhar as questões de pessoal, até em função de que, se extintos os bloqueios legais que estavam ocorrendo, você tem crescimentos significativos também na Educação. Com relação ao Viva Curitiba Transparente. No Viva Curitiba Transparente estão localizadas as despesas mês da Prefeitura, inclusive o IPMC. Por isso que ela conta com valores muito significativos. Porque ali você tem as despesas de fundo, que são as despesas administrativas, que estão dentro desse programa. Por isso que ele tem que estar muito... Aí a senhora fala sobre a questão do aumento da receita. O aumento da receita deve ocorrer, como nós já falamos, ele vai ocorrer, em função até dos aumentos que nós estamos tendo do processo inflacionário, isso tem reflexo significativo na nossa receita; a questão do preço dos combustíveis, a discussão do ICMS também acaba por puxar muito a questão do Fundeb, que também tem uma parcela muito significativa do ICMS. Certo? Acho que eram essas as perguntas desse primeiro bloco. Mas estou à disposição. E, como eu disse, escutei só parte das perguntas da Vereadora Indiará Barbosa, então, se houver necessidade, nós podemos rever. O SR. PRESIDENTE:- Sra. Daniele, eu vou voltar a palavra para a Vereadora Indiará, para que ela refaça as suas perguntas. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Obrigada, Presidente Serginho. Então, só para confirmar, até agradeço a Daniele pelas respostas. Em relação ao IPTU, só para confirmar, então, o que está previsto, provavelmente, é só o reajuste da inflação, como a senhora falou, com base nos índices até o momento, né? E, aí, as outras duas perguntas. Uma é em relação à obra da Linha Verde, que, dentro dos investimentos, está prevista a continuação das obras com meta de conclusão de 80% da obra. A pergunta é: por que essa meta, se é para o PPA, para os próximos quatro anos, não foi fixada em 100% de conclusão? E a outra pergunta é em relação ao programa Viva Curitiba Mais Ágil, que também tem uma meta para reestruturar o sistema público do transporte coletivo de passageiros, com foco em estabelecer uma gestão única. Então, se vocês pudessem detalhar um pouco melhor esse plano, até considerando as recentes discussões que nós tivemos aqui na Câmara em relação ao transporte público, agradeço também. Então, essas são as duas últimas perguntas. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Aproveitando, Daniele, eu peço a gentileza, a Vereadora Professora Josete havia solicitado informações do recurso repassado do Governo Federal, do Ministério das Cidades, se pode ser detalhada a destinação desse recurso. Pode responder, e depois abriremos um novo bloco. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- A questão da Linha Verde, que a Vereadora Indiará coloca, é que nós temos realmente uma obra significativa para terminar na Linha Verde, que se trata daqueles viadutos ali que fecham no Tarumã, que estamos liberando nas questões licitatórias, então, ainda tem tempo para adequar essa questão, e aí se tem um tempo de execução. É uma obra grande. Acredito que é por isso que você não tem toda a finalização. Porque realmente é uma obra bastante significativa, Vereadora. Nós sabemos que tem um transcorrer complexo naquela região. Eu acredito que seja isso. Para nós veio apenas o detalhamento orçamentário e das metas a serem atingidas. Teria que abrir esse

projeto, talvez tenha o custo, para verificar isso mais detalhadamente. A questão do Curitiba Mais Ágil. Deixe-me pegar aqui, para ver o que temos aqui de informação mais detalhada. Enquanto o Carlos procura aqui sobre o Curitiba Mais Ágil, a questão do Ministério das Cidades são os recursos, basicamente, do PAC, que ainda estão sendo repassados, são três fontes de recursos que ainda estão vindo do Ministério das Cidades, inclusive muito lentamente, sabe, Professora? Então, realmente, nós temos uma projeção, mas acabam não acontecendo essas questões. O Curitiba Mais Ágil, nós encontramos aqui algumas prioridades, principalmente na questão do transporte, que a senhora coloca aqui. Temos implantações de terminais, implantação e requalificação de terminal de transporte coletivo, implantação de faixas exclusivas, implantação de binários, requalificação de eixos, recuperação das estruturas já utilizadas. São basicamente essas as ações que aparecem no PPA. Claro, nós temos também nesse momento, já iniciamos os estudos para o novo processo de licitação, que nós teremos que refazer, da questão do transporte público. E, aí sim, existe uma série de iniciativas e de ações que estão sendo estudadas, entre elas as que a senhora colocou aí, que são os objetivos que nós temos. Mas eles estão em andamento, estão iniciando ainda, sabe, Vereadora? Então, ainda acho que é prematuro nós comentarmos sobre elas, porque ainda são um plano mesmo, ainda não existe aprofundamento dessas ideias; estão iniciando os estudos. Até porque nós, nesse momento, ainda estamos lidando com o cenário todo que nós temos aí da pandemia, as urgências que esse cenário nos traz. Acho que é isso, Vereador. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Daniele. Eu também tenho uma pergunta, vou formulá-la agora, e aguardamos alguns Vereadores que farão suas inscrições ainda pelo sistema. A minha pergunta se baseia nos investimentos, se desse total previsto de 5,42%, acredito, qual seria a área que receberia mais esse montante, dentro desse percentual de previsão de investimentos? Também quero agradecer o esforço do Presidente Tico Kuzma junto ao Executivo, ao Prefeito Municipal, e aos Secretários Luiz Fernando Jamur e Vitor Puppi, por inovar no orçamento, em que a Comissão de Finanças terá a possibilidade de formular emendas com três milhões disponíveis de suplementação. Isso inova, nós ficamos num modelo não parecido com o do Congresso, que lá é pela emenda do relator, mas acredito que é um avanço, passando de trinta e oito milhões para quarenta e um milhões a previsão de emendas orçamentárias. E os Vereadores poderão colocar de forma individual, pontual, ou também as emendas coletivas, para as entidades e investimentos na Cidade. Então, seria essa pergunta, Daniele. Vou passar para o próximo Vereador inscrito. (Pausa). Encerraram as inscrições, não temos Vereadores inscritos, também não tivemos e-mails enviados, então, Daniele, peço para que você responda essa pergunta, e depois nós abriremos um novo bloco. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Ok. Bom, Vereador, nós temos aqui a questão dos investimentos. Os investimentos são bem atingidos, mas nós, realmente, estamos numa fase onde pesam os investimentos de infraestrutura no Município, que são investimentos muito significativos. Hoje, nós temos a maior parte dos recursos de investimento voltada aos investimentos, por exemplo, de transporte e de vias, a questão da reincorporação do BRT, a questão das vias, a questão da finalização da Linha Verde; temos um grande investimento previsto no Caximba, a requalificação da área da Caximba, com a questão de moradias; temos um investimento muito significativo a ser previsto também dentro da prevenção de cheias. Acho que todos nós estamos vendo a necessidade, de acordo com o que temos visto aí nas colocações, nas notícias que vemos a respeito do clima, e que nós trabalhamos sim com afinco nas questões de prevenções das tragédias, principalmente relacionadas à questão climática. Então, acho que é um trabalho muito importante, significativo e, não raro, muito caro, que é feito dentro dessa questão das prevenções de cheias. E também as construções na área de habitação, que ainda necessitam de expansões em algumas áreas específicas. Conforme você tem a expansão de moradias, elas exigem, muitas vezes, a expansão de CMEIs, principalmente de CMEIs nessas áreas, onde normalmente não temos outra alternativa de atendimento. Está sendo sempre buscada (J) uma série de

alternativas, mas ainda, na área de CMEIs, precisamos de ... São os mais significativos, eu posso lhe dizer. Certo? São esses que, no momento, estão se apresentando. O SR. PRESIDENTE:- Perfeito, Daniele. Agradeço. Já passo para o novo bloco, estão inscritas as Vereadoras Amália Tortato e, na sequência, Vereadora Noemia Rocha. A Sra. Amália Tortato:- Obrigada, Sr. Presidente Serginho do Posto. Bom dia aos colegas Vereadores e ao pessoal que está fazendo essa audiência hoje aqui conosco. A minha pergunta vai no sentido do Plano Plurianual. Dentro do Programa Viva Curitiba Cidadã existe a meta de implantação de sistema de energia fotovoltaica nas escolas, em outros órgãos públicos. Eu gostaria de saber se foi feito algum tipo de estudo sobre a eficiência desse sistema aqui no Município de Curitiba e se conseguimos saber se foi feito um estudo também com relação ao tempo de payback desses investimentos. Obrigada. A Sra. Indiara Barbosa:- Passo agora à Vereadora Noemia Rocha para fazer as perguntas. A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, Vereadora Indiara. Quero cumprimentar o Vereador Serginho, cumprimentar a Daniele pela explanação. Vou às perguntas: Há uma previsão na LDO de cento e cinquenta equipamentos na subfunção de Vigilância Epidemiológica. Há uma definição de que seriam esses equipamentos? Quais são esses equipamentos e para onde eles serão enviados? Essa é a minha primeira pergunta. A segunda é: Em relação às emendas individuais dos Vereadores que acabam não sendo pagas, por que questões, as conveniadas, onde fica lotado esse orçamento? Eles permanecem na mesma Secretaria que nós indicamos? Essa é a segunda pergunta. Terceira pergunta: Quando Curitiba utilizou os recursos da contingência em 2021? E exatamente que créditos adicionais foram alocados? Ou, existe ainda recursos disponíveis na reserva de contingência? Essa é minha pergunta. A outra pergunta é que eu gostaria de saber também sobre a outorga onerosa, se ela foi já transferida para a construção de casa de moradia social e que valor é esse no dia de hoje. Muito obrigada pela explanação, por me ouvir e por me responder. Muito obrigada. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Ok. Então, vamos às respostas, da Vereadora Amália. A questão desses projetos, Vereadora, sim, para cada projeto implantado é feito um projeto e nesse projeto possui análise de efetivo retorno, possui análise do payback, só não são muitos vantajosos. Eles se apresentam de forma não muito vantajosa, onde fazemos a análise de recurso. Até porque esses projetos, muitas vezes, são colocados para a captação de recursos também na Copel, onde também é exigida essa discriminação. Mas todos eles têm essa avaliação e demonstram seu efetivo retorno, além de serem importantes para a contribuição que nós temos aí com a questão do meio ambiente e da geração de energia. Quanto à Vereadora Noemia Rocha, as emendas que são colocadas no orçamento, Vereadora, se por algum motivo, elas são disponibilizadas durante o exercício inteiro, então, se não são realizadas, elas ficam na Secretaria, à disposição da Secretaria, para inclusive rever com o Vereador quanto às dificuldades para a realização dessas emendas. Agora, ao final do exercício, assim como os demais valores, são finalizados, tornam-se superávit, no caso de ficarem, para o exercício posterior. Então, elas realmente ficam à disposição, mas ficam à disposição dentro daquele exercício. Se não forem realizadas, será utilizado no orçamento seguinte. A reserva de contingência, nós fizemos várias suplementações com base no superávit que tínhamos nesse exercício, ainda temos alguns recursos da reserva sim, mas como as suplementações são recorrentes nós teremos que fazer uma lista para mostrar tudo o que foi retirado dessas suplementações, Vereadora. Podemos encaminhar depois quais foram as suplementações baseadas em reserva, porque para eu relatar todas elas aqui seria demorado. A questão da outorga onerosa, ela já foi disponibilizada ao fundo sim. O fundo teve uma primeira reunião, se não me engano, já fez as suas análises e já determinou aonde serão feitas as alocações desse recurso nesse exercício. O valor hoje está em torno de quatro milhões de reais. Tá? O que nos passaram aqui foi: adequação de redes elétricas; construção de duas unidades na Moradias Alabama; construção de duas unidades na Moradias Creta; construção de duas unidades na Moradias Santa Rita; construção de vinte e cinco unidades na Moradias Parati, Itatiaia e Cananeia;

construção de quatro unidades na Ângelo Tozim. Certo? Além de dois, (inaudível) padrão da Cohab na Vila Parolin, e a recuperação ambiental da Vila Verde. Então, conforme vai aparecendo recursos o Conselho vai autorizando os pedidos que lá constam. Certo? Acho que era isso. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Daniele. Não temos mais inscritos, então vou abrir para duas perguntas, a Vereadora Professora Josete que quer fazer um complemento, e a Vereadora Indiara Barbosa. Como nós estamos dentro do nosso tempo, abro essas perguntas para esse bloco e aí fechamos o bloco. Vereadora Indiara com a palavra. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Vereador Serginho. Eu tenho uma outra dúvida que é em relação a emissão de títulos de dívidas do Município. O nosso Secretário até mencionou sobre essa possibilidade na última audiência pública quadrimestral, e nós vimos também que já foi aberta, se não me engano, a dispensa de licitação em relação a esse ponto no Diário Oficial do Município, e nós não identificamos no PPA informações mais precisas em relação a esse tema. Então, eu gostaria de saber da equipe da Secretaria de Finanças se tem alguma definição, se poderiam passar mais informações em relação a essa questão de emissão de títulos de dívidas do Município de Curitiba. Na sequência, passo para a Vereadora Josete também, que tem mais algumas perguntas. A Sra. Professora Josete:- Obrigada, Vereadora Indiara. Primeiramente eu queria fazer um questionamento em relação ao plano de carreira dos servidores. Já foi anunciado, em alguns momentos, que o Prefeito Rafael Greca pretende rever isso. Então, eu queria ter mais dados, mais informações, até porque nós temos uma expectativa grande não só de professoras e professores do ensino fundamental e educação infantil, porque nós tivemos aprovado, lá atrás na gestão do Prefeito Gustavo Fruet, e se iniciou na verdade o enquadramento dentro do novo plano, mas na verdade não se finalizou essa etapa. Então, qual a previsão disso? Como está sendo pensado? E nós temos várias carreiras que há décadas não têm a oportunidade de ter um novo plano de carreira, tanto o pessoal da Fiscalização, Meio Ambiente, também dentro da própria Educação os agentes escolares, tanto o pessoal Administrativo como o pessoal que também acompanha as crianças, normalmente nós chamamos de inspetoras e inspetores nas escolas, hoje tem uma nova denominação, mas são servidoras e servidores que estão há décadas aguardando um plano de carreira. Então, qual a previsão que existe para isso? Depois eu tenho uma outra preocupação. Quando nós olhamos lá os programas e ações, enfim, nós localizamos lá dentro da política de geração de emprego e renda, enfim, a economia criativa. No meu entendimento, sabemos que tem diversas concepções, mas aí eu queria que a Daniele ou Carlos pudessem localizar para nós, porque, no meu entendimento, economia solidária não se encaixa dentro desse conceito de economia criativa. E nós temos uma lei municipal aprovada que trata exclusivamente da economia solidária. Então, gostaria de saber se existem ações previstas, nós temos o Conselho Municipal de Economia Solidária que, com todas as dificuldades, tem se reunido em alguns momentos, e se isso foi levado em conta para, enfim, organizar e construir o PPA e a LOA. E, uma última pergunta, que também considero bastante relevante, é a área da infância e da adolescência. Então, nós temos demandas dos conselheiros tutelares, entendo que essa é uma demanda da sociedade. Uma delas, que eu acho muito pertinente, é a questão do número de Conselhos Tutelares. Nós sabemos hoje que nós temos regionais com duzentos mil, trezentos mil habitantes e que já comportariam mais Conselhos Tutelares. Então, se existe algum planejamento e alguma previsão do Executivo para ampliar os Conselhos. Além disso, a estrutura dos Conselhos. Quando nós falamos de sedes dos Conselhos isso é um grande problema. Vou dar dois exemplos que são Conselhos que funcionam na Rua da Cidadania com muita precariedade, que é o Conselho do Boqueirão e o Conselho de Santa Felicidade. Onde eles estão, na Rua da Cidadania, não existe privacidade nenhuma para o atendimento da comunidade, são biombos, então as pessoas ouvem o atendimento de um conselheiro e de outro. Então, isso é muito complicado. Se existe a previsão de garantir espaços adequados para o funcionamento dos Conselhos Tutelares também. Seria isso. Obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Daniele, gostaria que junto com as respostas das Vereadoras

Professora Josete e Indiara, a Vereadora Noemia pergunta sobre o questionamento que ela fez de cento e cinquenta equipamentos. Ok? Então, seria esse bloco as devolutivas. Com a palavra. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Ok. Quanto à questão da Vereadora Indiara sobre a questão dos títulos da dívida. Realmente, Vereadora, acho que, enquanto ente público, a busca por alternativas de financiamento das atividades do Poder Executivo, do Município de uma forma geral, de forma que não vinculemos sempre isso, a arrecadação de impostos é uma música que nós não podemos escutar nunca. Encontrar outras formas de financiar essas atividades públicas e não ficar dependente exclusivamente da questão dos impostos. Os títulos de dívidas são uma alternativa muito importante de financiamento público e ocorre em vários outros países de uma maneira bastante significativa. A cidade financia o seu próprio crescimento, e isso se dá demonstrando a sua saúde financeira, (V) a confiança dos seus munícipes na administração do Município. Aqui no Brasil, nas vezes que tivemos a emissão de títulos de dívida por parte dos municípios, o resultado disso não foi muito saudável, principalmente porque não tinham, os municípios, essa condição financeira de resguardar o pagamento desses títulos, e acabou por essa dívida ficar nas costas da União. O que vimos tentando conseguir é que se libere novamente esses títulos da dívida, em que a União faça algumas observações sobre isso. Conversamos recentemente, o Secretário Vítor conseguiu uma reunião junto com a Receita Federal, feita para (falha no áudio da Daniele). Hoje, da forma como estão, os títulos da dívida são proibidos de serem ainda emitidos pelos municípios. Então, a tentativa é de que consigamos nos encaminhar com essas questões para termos uma possibilidade mais para frente. Temos alguma coisa sendo estudada sobre a questão dos títulos verdes, mas ainda não temos autorização para trabalharmos a questão de títulos de dívida no Município. Certo? Professora Josete, quanto à questão do plano de carreira, acho que é um tema que está sim sendo debatido. Os detalhes teriam que ser conseguidos junto à Secretaria de Recursos Humanos. Mas há um debate sobre os planos de carreira. Há uma necessidade sim de reativarmos (falha no áudio da Daniele) alguns desses planos. Sabemos da questão do magistério, sabemos que temos um plano que foi aprovado para o magistério, e temos dificuldades financeiras, acho que isso tem dificuldades do ponto de vista da sustentabilidade, e isso é uma grande dúvida que temos no magistério. A dificuldade é clara, a ponto de termos visto o plano ter sido prolongado na gestão anterior, mas a própria gestão anterior não conseguiu executar todas as etapas que ela tinha previsto, por falta de condições financeiras, de arcar com o plano. Então, esse é um plano que está sendo questionado na Justiça, sabemos que há vários embates sobre ele. Mas também faz parte sim dos planos que estão sendo estudados, para que possamos ter essa liberação e a continuidade das carreiras. A economia criativa e a economia solidária. Como o orçamento também se apresenta de forma ampla, ele não traz detalhamentos precisos e exclusivos sobre cada item. Certamente ela está dentro dos pontos que temos no orçamento. Certamente temos essas questões que estão sendo levantadas. Cada conselho está relacionado a uma secretaria, e essas secretarias priorizam as suas demandas quando da incorporação do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária. Então, dentro das demandas que as secretarias apontam, temos uma série de demandas relacionadas às ações por meio de vários conselhos, por exemplo, como é o caso da FAS. E certamente tem coisas detalhadas para isso. Não consigo detalhar precisamente aonde está, mas vamos procurar essa informação e poderemos lhe enviar na sequência, Professora. Quanto à questão da infância e adolescência, temos realmente um trabalho, tivemos, inclusive este ano, para dar uma resposta ao Ministério Público, um trabalho significativo, sem parar as informações referentes a um orçamento específico da criança e do adolescente, trazendo dados sobre essas ações voltadas a esses adolescentes, inclusive dados dos conselhos, reportando ao Ministério Público. No momento, não nos foram passadas informações sobre o aumento do número de conselhos. Não há nenhuma meta que nos deixe claro todos esses números. O que não significa que não possa ocorrer num breve momento aí. Quanto à questão dos espaços, realmente acho que o

Município tem reconhecido a dificuldade com os espaços, tanto que já fez remanejamento de vários desses conselhos tutelares para outros espaços. Na medida em que está conseguindo encontrar os espaços e reformar os espaços, ainda está fazendo essas alterações. Então, acho que sem problema nenhum. A medida que for possível, vai acontecendo sim. Claro que sabemos que nem sempre é no tempo que se gostaria. Quanto à questão da Vereadora Noemia, realmente não me lembro qual foi a questão relacionada aos equipamentos. Se ela puder repetir. (Pausa). O SR. PRESIDENTE:- Daniele, se puder aguardar, agradeço. (Pausa). Não recebemos as sugestões via sistema. Informamos que as sugestões dos participantes, ou as feitas pela consulta pública, poderão ser, após análise técnica, objeto de emendas aos projetos de leis orçamentárias apresentados pelos Vereadores, membros deste Legislativo, ou pela Comissão de Economia e Finanças. Quero agradecer a assessoria, a Diretoria de Comunicação pelo trabalho de divulgação, para que ocorressem as consultas e audiências. Na pessoa do Filipi, cumprimento todos os profissionais da nossa Comunicação Social. Também a assessoria das Comissões, a Daniele, o Tiago, o Roberjan, o João Carlos e o Diretor das Comissões, o Veli. Os Vereadores que participaram e os presentes nesta Mesa, Vereadores João da 5 Irmãos, Flávia Francischini, Professora Josete, Indiará Barbosa, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Tito Zeglin e Hernani, todos esses compõem a nossa Comissão. Aqueles que ficaram com alguma dúvida, que não foi esclarecida, ou que tinham alguma sugestão a fazer, Vereadores, poderão encaminhar pela Comissão, para que façamos o encaminhamento ao Executivo, ou até mesmo o Vereador fazer as suas sugestões ou pedidos de informações ao Executivo. Não havendo mais perguntas e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, dentro do prazo estabelecido a esta Comissão, damos por encerrada a presente Audiência. Agradeço a participação de todos os Vereadores, do Presidente Tico Kuzma e de todos os membros deste Legislativo que ajudaram para que realizássemos esta Audiência. Desejo um bom dia a todos. Também cumprimento a Srta. Daniele Regina dos Santos, a nossa Superintendente da Secretaria Municipal de Finanças, e o Carlos Kukolj, pela explanação das peças orçamentárias. Transmitam os nossos cumprimentos ao Secretário Vitor Puppi. Um bom dia a todos. De imediato, passo a Presidência ao Vereador Tico Kuzma. Está encerrada a Audiência Pública."

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)
Presidente

Indiará Barbosa
Vice-presidente

Flavia Francischini
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Osias Moraes
Membro

Professora Josete
Membro

Tito Zeglin
Membro